

AMBIGÜIDADE

Ministério Público recomenda que a cirurgia em crianças que nascem com os dois sexos seja feita nos primeiros dias de vida do bebê e causa polêmica na classe médica

É menino ou menina?

Ullisses Campbell
Da equipe do **Correio**

Quarta-feira, 27 de junho de 2001. Às 13h30 nasce uma criança no Hospital Regional da Asa Sul (Hras). Logo depois do parto, os médicos olham para o sexo do bebê e surge a dúvida: é menino ou menina? Impossível descobrir a olho nu. À primeira vista, tem um pênis. Mas, logo abaixo, há uma fenda semelhante a uma vagina. Na verdade, a criança veio ao mundo com mal formação genital, que na linguagem médica significa ambigüidade sexual. Hoje, com um ano e três meses de idade, sabe-se que se trata de um menino porque um exame genético revelou o verdadeiro sexo do bebê. No entanto, a criança foi registrada com o nome de Maria e em cada uma de suas orelhas há um brinco. Em casa, a criança ainda usa roupas de menina, brinca de boneca e é xodó dos irmãos.

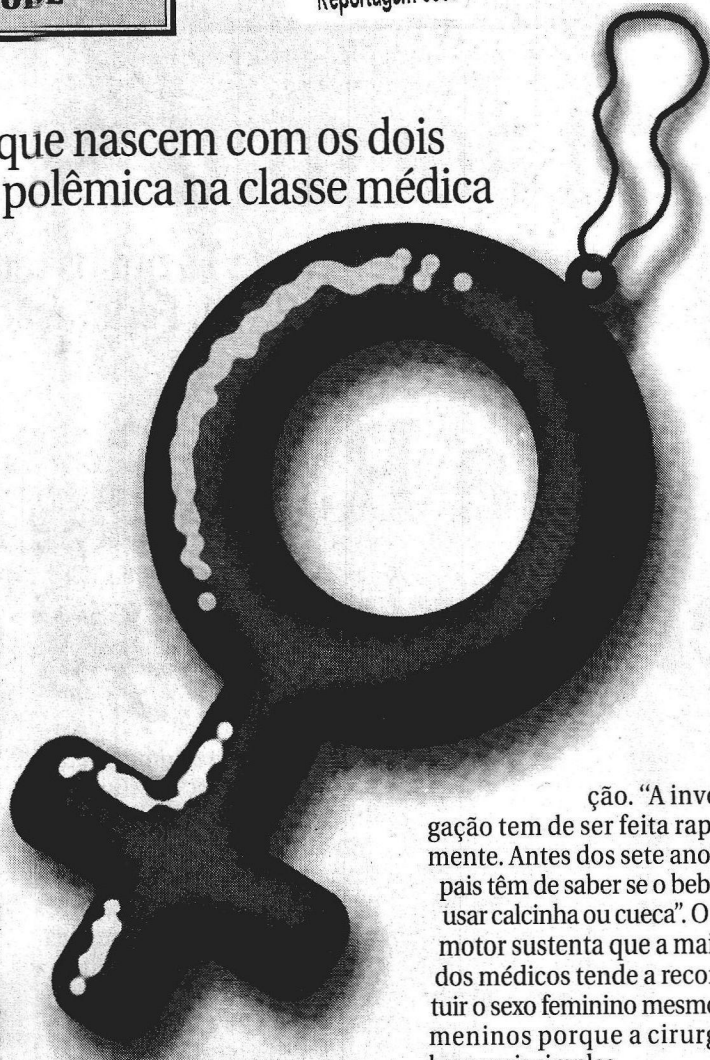
O mar de dúvidas que se formam em volta do bebê que apresenta ambigüidade genital é imenso. Em cada 16 mil nascimentos no Brasil, um apresenta esse problema. Os médicos defendem que se já examinado o sexo

genético da criança por meio de um exame chamado cariótipo, para se descobrir o verdadeiro sexo. Esse exame demora, em média, uma semana para ficar pronto e pode ser feito logo depois do parto. Em seguida, em caráter de urgência, deve-se reconstruir a genitália através de uma cirurgia plástica para só depois registrar o bebê no cartório com o verdadeiro sexo.

LONGA ESPERA

Desde maio do ano passado, uma recomendação do Ministério Público do Distrito Federal (01/2001) impede que a cirurgia reconstrutora do sexo seja feita no DF com urgência nas crianças com ambigüidade genital — ao contrário do resto do país. O promotor de Justiça de Defesa dos Usuários do Serviço de Saúde (Pró-vida), Diaulas Ribeiro, defende que, mesmo com a dúvida, deve ser registrado na certidão de nascimento o sexo genético do bebê para só depois fazer a cirurgia. Esse “depois” pode durar até sete anos. Na visão do promotor, a medida evita erros na definição do sexo da criança.

A dona-de-casa Clara, 26 anos, passou quase um mês para saber o verdadeiro sexo de Regina, filha mais nova de oito meses. Aparentemente trata-se de uma menina, já que o bebê não tem testículos nem pênis. Mas a criança também não possui a abertura da vagina. No lugar, há apenas um minúsculo orifício por onde a criança faz xixi. Só depois do exame cariótipo a mãe descobriu que sua filha, de fato, é menina. “A gente achava muito estranho. Nós registramos ela como menina, mas sempre tivemos dúvida”, conta Clara. No mês que vem, Regina vai passar pela cirurgia para ter uma vagina. O Ministério Público já autorizou a operação.



ção. “A investigação tem de ser feita rapidamente. Antes dos sete anos, os pais têm de saber se o bebê vai usar calcinha ou cueca”. O promotor sustenta que a maioria dos médicos tende a reconstituir o sexo feminino mesmo em meninos porque a cirurgia é bem mais simples.

A CRÍTICA

Só no HUB há dez bebês recebendo tratamento médico por conta de genitália ambígua. No Hras, há outros 12. Segundo o doutor Luiz Cláudio, até agora o Ministério Público recomendou cirurgia em apenas dois bebês. O médico critica ainda que não há profissionais especializados no Ministério Público para dar parecer sobre esse tipo de cirurgia. “Os médicos do MP são clínicos gerais”, ressalta ele. Diaulas Ribeiro argumenta que seus pareceres são emitidos com base em laudos do IML que acompanham fotografia e nos prontuários que os próprios médicos enviam no pedido de autorização.

Os pacientes de Mariângela também são prejudicadas no tratamento por causa da decisão do Ministério Público. A médica levará essa polêmica ao XXV Congresso Brasileiro de Endocrinologia, que ocorrerá em Brasília em setembro. O tema será debatido por especialistas internacionais. “Psicologicamente é inviável uma criança aguardar até os sete anos para definir sua identidade sexual.”

■ OS NOMES DOS PACIENTES E FAMILIARES CITADOS NA REPORTAGEM SÃO FICTÍCIOS

Sexualidade indefinida

O maior argumento do promotor Diaulas Ribeiro para exigir que a cirurgia reconstrutora do sexo feita em bebês só seja feita com autorização do MP vem de um rapaz chamado Sandra, de 20 anos. Ao nascer, apresentava ambigüidade genital.

Quando os médicos o examinaram, acharam que era do sexo feminino e construíram uma vagina. Embora criado como menina, assim que entrou na puberdade, “ela” se transformou num rapaz másculo. Sandra virou Sandro para a família e amigos e hoje é tratado no Hospital de Base. No processo que pede autorização ao MP para uma ci-

urgia reconstrutora de sexo, há fotos que mostram o rapaz com aparência masculina. Mas, no ventre, há um clitóris desenvolvido que parece um pênis. “Eles (médicos) acabaram com esse rapaz”, diz Diaulas.

Para a endocrinologista Mariângela Sampaio, do Hras, fotos não determinam o sexo. Ela cita casos em que o aumento da concentração dos hormônios masculinos pode determinar uma hipertrofia do clitóris, dando um aspecto masculino à genitália. Ou seja, Sandro, que tem corpo e voz de homem, pode ser, de fato, uma mulher. E não um homem, como faz crer Diaulas.